



# MONTE ABRAÃO – A LEITURA POSSÍVEL DO TOPÓNIMO

Rui OLIVEIRA

## Resumo

Este artigo centra-se na origem do Topónimo, de raiz antroponímica, do Monte Abraão. Elevação, sobranceira à cidade de Queluz, que integra e completa, a sul, o complexo orográfico da Serra da Carregueira. Este sistema orográfico define uma área bastante acidentada, entrecortada de vales fertilizados pelas abundantes linhas de água que nascem na serra, determinando quer o traço das vias de comunicação, quer, ainda, facilitando a individualização do povoamento humano antigo e a sequente partilha do território. Quadro geográfico determinante na História Local do Monte Abraão, da relevante e forte presença israelita ou hebraica na região, durante toda a Baixa Idade Média. Presença testemunhada pela toponímia local, como por significativa documentação escrita, contida nas mais importantes Chancelarias Régias.

**Palavras-chave:** Topónimo; Abraão; Geografia; Infanta; Monte.

---

## Abstract

*This article focuses on the origin of the toponym, the anthroponomic root, Monte Abraão. It is a hill, overlooking the city of Queluz, which integrates and completes the southern end of the orogenic complex of Serra da Carregueira. This orogenic system borders a very rugged area, interspersed with valleys fertilized by abundant water bodies emanating from the mountain, determining the layout of roads, or even facilitating the separation of ancient human settlements and the subsequent territory sharing. This geographic framework is a determinant for the Local History of Monte Abraão and also for the relevant and strong presence of Jewish or Hebrew in the region throughout the Middle Ages. The Jewish presence is Witnessed in the local toponymy, and in significant written documentation archived in the most important Chancelarias Régias.*

**Keywords:** *Toponym; Abraão; Geography; Princess; Mountain.*

## MONTE ABRAÃO – A LEITURA POSSÍVEL DO TOPÓNIMO

Rui OLIVEIRA<sup>1</sup>

Na vasta região envolvente de Lisboa, o Monte Abraão apresentava características naturais, hoje vencidas por densa urbanização, que determinavam a evolução do tipo de povoamento humano ao longo de milénios. Tanto o Monte Suímo como o Monte Abraão integram, ou, pelo menos, completam, o sistema orográfico da Carregueira, que define uma área bastante acidentada, entrecortada de vales fertilizados pelas abundantes linhas de água que nascem nesta Serra, quer determinando o traçado das vias de comunicação, quer, ainda, facilitando a individualização do povoamento humano antigo e a sequente partilha do território.

É neste quadro geográfico que devemos entender a História Local do Monte Abraão, já que a sua riqueza histórica começa, desde logo, pelo seu topónimo, de raiz antroponímica. A verdade é que o topónimo Abraão, antecedido de vocábulo indicador geomorfológico Monte, reflecte a forte influência israelita ou hebraica na região, construída a partir da bem sucedida radicação desta etnia nos arrabaldes de Lisboa, com particular incidência nos antigos reguengos de Algés, Oeiras e Carnaxide, a Ocidente do Termo de Lisboa, e de Sacavém e Frielas, a Oriente do mesmo termo (AZEVEDO, 1930).

---

<sup>1</sup> Arqueólogo e Historiador Local, Centro de Documentação de História Local de Belas.  
([ruy.oliveira@sapo.pt](mailto:ruy.oliveira@sapo.pt))

Nestas terras do Rei, daí reguengueiras ou reguengos, assistiu-se, durante toda a primeira dinastia dos Reis de Portugal, a várias doações ou simples aforamentos a muita gente israelita. A interação económica dos monarcas com as famílias proeminentes da comunidade hebraica, minoritária, mas poderosa economicamente, detentora de contactos comerciais e políticos externos, estabelecia-se numa base biunívoca, isto é: sem mediação ou interferência de qualquer outro senhor ou instituição, o que configura uma situação de aproximação entre os dois lados, mas, com predominância de um deles, neste caso do Rei. Esta realidade jurídica, composta por complexa interligação nas áreas social, económica e política, foi um fenómeno fulcral da sociedade portuguesa, desde a Reconquista Cristã até às reformas do Liberalismo.

A título de exemplo, importa referir um caso emblemático: o de Moisés Navarro, Rabino-Mor de D. Pedro I, que foi um grande proprietário rural no antigo Termo de Lisboa e instituiu, conjuntamente com sua mulher, D. Salva, morgadio dos bens a favor do seu filho varão, José Navarro: «... *a quintaa que elles ham em Carnachide, regengo d'El Rey ribamar, assy casa de casaaes e herdades e vinhas e pumares e toda'llas outras cousas e direitos que ambos juntamente ham no dicto logo [lugar] de Carnachide e arredor delle; e outrossy as casas e sobrados e torres* [sobrados e torres correspondem a um grau de riqueza considerável, sendo que a expressão 'torre' pressupõe já alguma fidalguia] *quintaaes e poços que os dictos arrabi moor e sua molher juntamente ham*» (IANTT, *Chancelaria Régia de D. Pedro I*, fls. 77v-78)<sup>2</sup>.

Podemos, todavia, afirmar, se tivermos presente o conhecimento do que foi, globalmente, a sociedade medieva portuguesa, que as gentes desta minoria se integravam numa classe média de mercadores e homens de mesteres, mais raramente proprietários rurais. Contudo, temos de ter em conta que apenas uma parcela desta população era privilegiada por concessão régia, ligada ao prestígio da família ou de um seu elemento na comunidade em que residia, ou por serviços prestados ao monarca. A sua concessão era determinada por

---

<sup>2</sup> Optamos, neste texto, em concreto, por uma lição paleográfica livre, tendo, porém, sido colocados, entre parêntesis rectos, os nossos comentários explicativos de palavras ou sentidos textuais. Temos, ainda, notícia de este documento ter sido já transcrito e publicado integralmente, por Maria José Pimenta Ferro Tavares na sua obra *Os judeus em Portugal no século XIV*.

cada reinado e podendo ainda ser-lhe retirada por ordem régia sem razões cabalmente justificadas.

O peso económico e cultural desta comunidade no Reino foi uma evidência desde os seus primórdios, pelo que os primeiros monarcas tiveram em particular atenção qualquer tipo de tensão nas suas relações sociais ou económicas com os cristãos e podemos constatar pormenorizadamente esta atenção na legislação então produzida e codificada durante séculos com a designação *Ordenações Afonsinas*<sup>3</sup>.

Bastante elucidativo, neste aspecto a que nos referimos, é o episódio trágico contado por Fernão Lopes, na sua Crónica de D. Pedro I (LOPES, 1982:30-31), que relata como um mercador judeu de especiarias, que se deslocava pelos montes de Belas, foi roubado e barbaramente assassinado por dois escudeiros do Rei, que o acompanhavam na sua estadia no Paço Real de Belas. Sendo denunciados e confessando o crime, acabaram degolados no terreiro fronteiro ao Paço de Belas por ordem régia e D. Pedro I justificava a sentença: «... *que dos judeos viinriam depois aos Christãos*». Um outro caso, ocorrido no século XV, muito ligado a Belas e a Queluz, conta-nos a desgraça de Isaque Abravanel pelo “desamor” régio de D. João II. Amigo e vizinho dos Duques de Bragança e Viseu, foi ele acusado de conivência nas conjuras destes contra D. João II e os seus bens foram confiscados, tendo a sua família sido obrigada a fugir para Castela. Isaque Abravanel era um homem poderoso, mercador / banqueiro que detinha uma propriedade importante no Termo de Lisboa, junto a Queluz, e que os seus vizinhos, concretamente a Duquesa de Beja e Senhora de Belas, a Infanta D. Brites, compram e integram nos seus domínios senhoriais<sup>4</sup>.

Assim e face ao que expusemos anteriormente, não nos parece descabido de todo tomar como ponto de partida, na demanda da origem e interpretação do

---

<sup>3</sup> Esta legislação minuciosa visava sobretudo a separação entre cristãos e não cristãos, chegando mesmo a proibir o contacto físico e amoroso entre elementos das duas comunidades. A comunidade israelita ou hebreia vivia confinada em “guetos”, as “judiarias”, existentes um pouco por todas as cidades do Reino e somente os seus membros privilegiados detinham alguma liberdade de movimento.

<sup>4</sup> Inicialmente, a propriedade foi oferecida a um criado de Isaque Abravanel que o tinha denunciado ao Rei, tendo depois sido adquirida pela Infanta D. Brites, Senhora de Belas, e mais tarde trocada por outras nos Açores com a família Corte Real, já que a Infanta detinha importantes domínios também nas ilhas atlânticas, pela herança legada pelo Infante D. Henrique, Governador da Ordem Militar de Cristo, ao seu marido, o Infante D. Fernando, Duque de Beja.

topónimo Monte Abraão, a possibilidade de estarmos em presença de clara alusão a um proprietário e privilegiado membro da comunidade israelita lisboeta, pelo que vão nesse sentido as pesquisas bibliográficas e documentais que efectuamos na busca de tão sintomático topónimo.

A primeira pista surgiu-nos no notável ensaio antológico *Imagens do Mundo Medieval* da historiadora medievalista Iria Gonçalves (da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), em cujo sugestivo artigo «Físicos e cirurgiões Quatrocentistas – As Cartas de Exame», a autora e investigadora dissecar pormenorizadamente os requisitos e passos a serem concretizados pelos Físicos e Cirurgiões judeus e mouros com vista à autorização régia de exercício profissional no Reino pelo menos desde o reinado de D. João I, em que as autorizações eram emitidas por carta régia depois dos candidatos serem submetidos a exame específico com aprovação do Físico Mor do Reino (GONÇALVES, 1988: 11).

No seu apêndice documental, a investigadora apresenta um quadro, o segundo dos Físicos e Cirurgiões examinados, em que são referidos os nomes dos candidatos examinados, as datas dos exames, as suas moradas e, naturalmente, as especialidades em exame<sup>5</sup>, além de incluir ainda a indicação das respectivas fontes documentais específicas, as Chancelarias Régias de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II. Nesse quadro, e com a data de 12 de Dezembro de 1491, é referido o exame de cirurgia de Mestre Isaque, filho de Mestre Abraão, físico da Infanta D. Beatriz ou Brites, então ainda Senhora do Paço de Belas, em cuja propriedade se integrava plenamente o monte.

É, assim, plausível que, perto desta propriedade senhorial, talvez em “*casal*” sito no mesmo monte, residisse, em regime de aforamento ou usufruto, Mestre Abraão, logo estando suficientemente perto para acorrer a qualquer eventualidade, mas também retirado da convivência com cristãos, como estipulavam as leis vigentes, que não permitiam a respectiva coabitação. Porém, outro documento (IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 33, fl. 134) é bem mais esclarecedor e dá-nos a indicação de como o médico pessoal de D. Brites a acompanhava, pois, sendo judeu, mas, por pedido da mesma

---

<sup>5</sup> No caso concreto de Mestre Isaque, filho de Mestre Abraão, foi examinado como cirurgião e está registado na *Chancelaria Régia de D. João II*, Livro 11, fl. 151.

senhora ao Rei, deixava de ter de exhibir o típico e respectivo sinal identificativo, sendo, no entanto, talvez confrangedor para a Infanta viajar em comitiva em que alguém fosse facilmente referenciado por exhibir a estrela de David.

Aqui deixamos a respectiva transcrição, complementada com comentários contextualizantes e esclarecedores de arcaísmos entre parêntesis rectos:

*Dom afonso etc A quantos esta carta virem fazemos saber que Nos querendo fazer graça e merçee a mestre abram fysyco da Jfamte dona briatz mjnha mujto preçada e amada Jrmaã [isto é, cunhada, porque casada com o irmão do Rei, o Infante D. Fernando] pello da dicta Jfamte que No llo por elle pydijo Teemos por bem e nos praz que daquj em diamte quamdo quer que elle amdar camjnho sseJa Eescussado [sic] e rreleuado [isto é, dispensado e perdoado] de trazer synall [isto é, a estrela de David] e depouys de sua chegada ao diccto lugar dous dyas E porem mandamos a todollos Nossos correJedores Juizes e Justiças e a outros quaaesquer hofeeçiaaes e pessoas que esto ouuerem de uer que aJam ho diccto mestre abram por escussado e relleuado de trazer ho diccto synall quamdo asy amdar camjnho e depois de sua chegada ao diccto lugar hos diictos dous dyas E lhe Nom façam nem comsemtam por ello ser feccto nemhuum ssem rrazam Nem outro desaguisado [isto é, desavença ou mal entendido] alguum E lhe façam comprir e guardar esta nossa carta asy e pella guisa que em ella he comtehudo e lhe nom vão nem comssintam hyr contra em maneira alguuma porque asy he Nossa merçee E Jsto lhe fazemos ssem embargo da nossa defessa e hordenaçam em contrairo feccto. Dada em a Nossa villa de samtarem a xix dyas de mayo lopo fferrnamdez a fez anno de nosso Senhor Jesu christo de mjll iiij<sup>c</sup> Lxxiiij<sup>6</sup>.*

É de salientar que, entre a alta nobreza e as famílias economicamente poderosas, era corrente disporem de Físicos e Cirurgiões ao seu serviço exclusivo. O melhor exemplo é-nos dado pelo pai de D. Brites, o Infante D. João, Governador da Ordem Militar de Santiago da Espada, que padecia, como é referido em vários documentos da sua própria chancelaria, de “febre insidiosa”, doença que alguns investigadores dizem tratar-se de paludismo, contraída nos seus paços de Alcácer do Sal, então zona bastante insalubre e

<sup>6</sup> As respectivas leituras e transcrição documentais são da responsabilidade do Dr. Pedro Pinto, do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, a quem agradecemos reconhecidamente.

pantanosa. Daí que, desde 1425, figure, em documentação de despesa da sua Casa, o nome de João Esteves como seu físico pessoal (CASSIOTTI, 2007:153). A este propósito, é de referir ainda mais um Mestre Abraão, de sobrenome Guedelha, também ele físico, mas do próprio Rei D. João II, genro da Infanta D. Brites, pois esta era mãe da Rainha D. Leonor.

Adicionalmente, no Tombo do Morgado de Belas, instituído em 1501 por Rodrigo Afonso de Atouguia e com base na doação que lhe fez precisamente a Infanta D. Brites, já é mencionado o topónimo antroponímico 'Abraão', antecedido de 'M.', abreviatura que tanto pode corresponder a *Monte* como a *Mestre*. Assim, este mesmo poderoso monte, singular no topónimo e nas memórias que detém, apesar de parcialmente “afogado” numa imensa pressão urbanística, regista ainda uma História Local sugestiva e sedutora para nos transmitir e a que voltaremos posteriormente para partilhar feita em memórias.



## BIBLIOGRAFIA SELECCIONADA CONSULTADA:

---

### 1. Fontes (Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo – IANTT):

---

*Chancelaria Régia de D. Pedro I*, fls.77v-78;

*Chancelaria Régia de D. Afonso V*, Livro 33, fl. 134.

### 2. Ensaaios:

---

AZEVEDO, Pedro de (1930) – «Os Reguengos da Estremadura na I.<sup>a</sup> Dinastia», in *Miscelânea de Estudos em Honra de D. Carolina Michaelis de Vasconcelos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CASSIOTTI, Marsilio (2007) – *Infantas de Portugal, Rainhas em Espanha*. Lisboa: Esfera dos Livros.

GONÇAVES, Iria (1988) – *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte.

LOPES, Fernão (1980) – *Crónica de D. Pedro I*. Porto: Colecção Histórica, Série Régia, Livraria Civilização.

## LEGENDAS:

Mestre      abram      fysico      da      Jfanta      dona      briatiz

(IANTT, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 33, fl. 134; transcrição paleográfica parcial da segunda linha textual, onde consta o nome do médico judeu e da Infanta.)



Base cartográfica: folha N° 9 da planta do mapa geral do Reino de 1802.

Elaborada a partir de levantamento do Cap. Bernardo Pereira e dos 1º e 2º Tenentes, Silva Freire e Duarte Tava, sob a direcção de Francisco António Ciena ( Arq. Histó. Militar)



*Imagem do Cabeço do Abraão, no princípio do século XX (1920?), desprovido de qualquer construção.*

Autoria do Fotógrafo Guedes Paulo ( AML)